

O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES CAMPONESAS NOS ASSENTAMENTOS ALEGRIAS E SANTA INÁCIA EM PINHEIRO MACHADO – RIO GRANDE DO SUL

CARLA NEGRETTO¹; MÁRCIA ALVES DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) 1 – ka_karllynha10@hotmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – profa.marciaalves@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho das mulheres no campo é de fundamental importância para a permanência da família na terra. Durante séculos, elas tem se responsabilizado pelo trabalho doméstico, cuidado dos filhos e dos mais velhos, da alimentação de suas famílias, da horta para autoconsumo e das trocas e vendas de alguns excedentes de seus pomares, levando o trabalho reprodutivo, de forma produtiva numa grande extensão comunitária. Porém, esse trabalho ocupa uma esfera privada e invisível, tendo ponto de origem a conquista e colonização das Américas, que destruiu o modelo das comunidades originárias, submetidas à um regime de servidão, assim como os povos trazidos escravizados da África.

A dominação imposta pelos colonizadores, impôs aos povos originários o modelo de família patriarcal, dividindo a vida social e o trabalho entre os sexos, em esfera pública e esfera privada. Enquanto os homens assumem o papel de “provedor” da família, desenvolvendo atividades relacionadas aos diferentes modos de produção economicamente visíveis, destinados a criar riquezas para a economia do país. As mulheres foram relegadas a esfera doméstica, com tarefas de ordem reprodutivas principalmente as domésticas.

Essa divisão sexual do trabalho repercute fortemente no âmbito familiar das famílias camponesas pesquisadas, dos assentamentos Alegrias e Santa Inácia localizados no interior do município de Pinheiro Machado/RS. São destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem ao cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é problematizar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, debatendo com esses sujeitos a questão do trabalho na reprodução social que divide, tarefas e lugares sociais para ambos os sexos.

2. METODOLOGIA

A escolha dos procedimentos metodológicos, se deu a partir do que objetivamos na problematização das relações de gênero ligadas a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres da reforma agrária dos assentamentos Alegrias e Santa Inácia, respeitando o cotidiano desses sujeitos e a realidade na qual estão inseridos, estabelecendo assim, uma relação de diálogo e uma nova construção coletiva do saber.

A construção dialógica sobre “a divisão sexual do trabalho” nos encontros, leva em conta a pertinência dos relatos trazidos pelos próprios participantes sobre os distintos papéis delegados às diferentes categorias de sexo. Os diálogos sobre as particularidades locais, transmitem em práticas realizadas de “rodas de conversa”, nos vídeos e dinâmicas e também nas oficinas artesanais. Todas essas ferramentas metodológicas contribuem para enfrentar a ideologia da inferioridade feminina em relação aos homens e a dominação patriarcal.

Os encontros acontecem de forma integral, isto é, são desenvolvidas atividades no período da manhã e tarde, com pausa para o almoço. Este é organizado também de forma coletiva, onde cada participante contribui com um alimento e sua escolha. No segmento da tarde as atividades prosseguem tendo encerramento no entardecer do dia.

A proposta das 'rodas de conversa' é realizada com o grupo no período da manhã antes da confecção artesanal e serve para que os participantes possam perceber as diferenças intrínsecas que existe entre homens e mulheres, sendo este, resultado do processo de colonização das Américas, onde os europeus implantaram um novo modelo social, estabelecendo deste modo posições sociais desiguais entre os gêneros. O diálogo sobre o cotidiano do trabalho rural desmascara a naturalização de papéis sociais e vem contribuindo para transformar o conceito da divisão sexual do trabalho e o combate da opressão de gênero.

As oficinas artesanais compreende outra atribuição significativa para a investigação. Aqui ele está sendo usado como ferramenta para reintegração do grupo, auxiliando e dando suporte na construção da emancipação das participantes, principalmente na questão econômica, já que muitas produzem renda com as peças confeccionadas. Essa constatação pode ser comprovada mediante a fala de uma das participantes:

"Eu gosto de artesanato, gosto de vir participar das oficinas, primeiro porque as oficinas une o grupo né. Nós somos sozinhas aqui e precisamos umas das outras para se sentir mais forte (risos). E segundo porque a gente aprende um montão de coisa diferente, que daí a gente faz e vende pro pessoal da cidade" (ASSENTADA X, 2017).

As oficinas artesanais formam um centro de vida social das mulheres, o lugar onde se reúnem, trocam notícias e recebem conselhos, formando dessa maneira um ponto de vista próprio – autônomo da perspectiva masculina – sobre os acontecimentos da comunidade (FEDERICI, 2017, p.138 apud CLARK, 1968, p.51). As atividades desenvolvidas se materializam em espaços de construção coletiva e trocas de experiência, desenvolvendo nas participantes a criatividade, o raciocínio, a sensibilidade, a iniciativa, a autoestima; estimulando a socialização e cooperação com as demais integrantes das oficinas.

Para as aulas práticas utiliza-se materiais naturais e alternativos como palha, sementes, cascas de ovos, retalhos de tecidos, jornais, garrafas plásticas entre outros. Como resultado da união dos diferentes tipos de materiais utilizados nas confecções, podemos destacar peças de cestaria em jornal, tapeçaria em palha, bonecas de pano e palha de milho, mosaicos com cascas de ovos, entre outros. Os produtos confeccionados pelas participantes, geralmente são vendidos na feira da Reforma Agrária que acontece 1 vez por mês no centro da cidade de Pinheiro Machado/RS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto de vida social e privado da mulher camponesa da reforma agrária dos assentamentos Alegrias e Santa Inácia, tem ganhado destaque interlocutivo por dois princípios organizativos de enfrentamento ao modelo de família patriarcal-capitalista. A primeira forma de resistência a esse modelo, se encontra na denúncia da opressão de gênero, o que para muitas, é uma grande vitória conquistada. O direito da fala, ou o direito de ser ouvida nos espaços coletivos,

encoraja um manifesto contra toda forma de opressão que vitima as mulheres, o que conseqüentemente e como segunda forma de resistência, adquire um carácter de resgate para toda a trajetória de luta e de perseverança contra a tirania, a violência, a acomodação, a alienação e tudo o mais que tenha por finalidade subjugar a mulher.

A denúncia sobre a naturalização do serviço doméstico e o cuidado dos filhos como sendo uma atividade exclusivamente feminina é um dos destaques dessa pesquisa. Vejamos algumas declarações:

Meu marido diz que serviço doméstico é coisa de mulherzinha, por isso não posso nem pensar em ensinar meus filhos a cozinhar, quanto mais a lavar a louça, fazer algum serviço na casa (ASSENTADA C, 2016).

Eu sempre como comida fria. Todo mundo senta na mesa e ergue o prato pra cima pra mim servir um por um, cortar a carne a salada, servir o suco. Quando me sento, a comida já esfriou e todos já terminaram de comer. Fico sozinha na mesa (ASSENTADA C, 2015).

Quando essas mulheres falam sobre o seu trabalho, expressam não apenas a inviabilização que existe nesse contexto, mas também a desvalorização enraizado pelo modelo de família patriarcal.

Na divisão sexual do trabalho no campo, cabe a elas antecipar as atividades no alvorecer do dia. São elas que ordenham as vacas, aprontam o desjejum, desadormecem as crianças para a escola e executam rapidamente o serviço doméstico antes de destinar-se com o companheiro nas atividades do lote. Na metade do dia é ela, que mesmo cansada da lavragem prepara o almoço e se encarrega das demais atividades domésticas que ficaram para trás. No intervalo da tarde, ela reassume as atividades do lote, regressando para casa no final do dia para prosseguir com as mesmas tarefas de ordem reprodutiva. São elas também, as responsáveis pela produção de alimentos para o consumo da família, através dos pomares, hortas e reprodução de pequenos animais. Todo esse trabalho poderia ser considerado como um trabalho produtivo, no entanto,

[...] não está registado em contas nacionais porque é considerado como uma extensão das tarefas de reprodução biológica e a reprodução da força de trabalho. O cuidado das hortas, dos animais, das sementes, da colheita de frutas, a busca de água, tornam-se parte das tarefas não pagas e consideradas não produtivas, embora forneçam comida, e façam as condições de sobrevivência de milhões de pessoas no mundo (KOROL, apud SEÑALA GLORIA PATRICIA & ZULUAGA SÁNCHEZ 2016, p. 93, *tradução nossa*).

Cabe então, refletir sobre essa divisão da vida social, que diferenciou claramente o espaço público para os homens e o espaço privado e doméstico para as mulheres. A mulher, expulsa do universo econômico que cria o produto excedente, cumpriu uma função econômica fundamental. A de restauradora da força de trabalho que move a economia, transformando matérias-primas em valores de uso para seu consumo direto. Nesse contexto o trabalho da mulher fica escondido, invisível e considerado sem valor dentro desse modelo de família monogâmica-patriarcal-capitalista.

A organização de um olhar histórico sobre o trabalho e a luta das mulheres camponesas faz parte dessa pesquisa, que se contrapõe como um exercício político à toda forma de opressão e dominação construído e disseminado pelos colonizadores. A reconstrução da História das Mulheres, através de uma revisão

bibliográfica, objetiva contrapor o modelo eurocêntrico do fazer histórico, onde durante séculos o trabalho e a participação das mulheres nos espaços públicos e privados foi invisibilizado e marginalizado.

4. CONCLUSÕES

Nos assentamentos pesquisados, Santa Inácia e Alegrias localizados no interior do município de Pinheiro Machado/RS, procuramos compreender as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho buscando respostas que superem essa disparidade injusta e desigual que gera grande opressão estrutural e cotidiana de um sexo sobre outro. Foi possível verificar que, de modo geral, tratando-se da participação das mulheres no trabalho do lote, seu poder de decisão está relacionado com os serviços domésticos, horta, pomar, ordenha, processamento de produtos, animais domésticos e quintal. Já as atividades comerciais, em ambos os assentamentos, são realizadas de forma expressiva pelos homens, principalmente as relacionadas com plantio e venda de culturas, compra de insumos, compra e venda de animais e decisão quanto aos financiamentos. Isso permite compreender que as mulheres estão mais vinculadas às atividades reprodutivas, da esfera do lar e de seus arredores e que têm menor poder de decisão nos espaços que envolvem renda e comercialização dos produtos. Entretanto, entendemos que não são as mulheres que preferem ou querem ficar no espaço privado, são as relações de dominação do modelo de família patriarcal que as colocam como inferiores ou dependentes de seus companheiros. É importante salientar, que as mulheres, por meio de suas narrativas, vem se reconhecendo como parte fundamental para a organização do lote e do assentamento em geral. Isso reflete um importante e crescente empoderamento do papel feminino para a permanência da família na terra. Para que o processo de empoderamento continue crescendo, é fundamental que homens e mulheres, se conscientizem e apontem o sexismo, o machismo e a submissão como ferramentas de opressão impostas pelo sistema capitalista e sempre que necessário repensem suas práticas sociais e sistemas educacionais, que colocam as mulheres como inferiores aos homens.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía: Mujeres, tierra y territorios en América Latina**. Coedición editorial: GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre. Primera edición en castellano: octubre de 2016.